

de Janeiro, recentemente adotou aquelas recomendações, em atendimento à iniciativa do Governo daquele Estado. À vista do exposto, recomendou a expedição de uma mensagem ao Senhor Governador, no sentido de aplaudir essa iniciativa que é, sem dúvida, da maior importância para o desenvolvimento da filosofia que preside aos trabalhos do CNPP - Submetida a apreciação, foi a recomendação aprovada pelos presentes. À oportunidade o Senhor Conselheiro ANTONIO VICENTE DA COSTA JÚNIOR, enfocou o desenvolvimento desta nova filosofia de trabalho. Em seguida o Senhor Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA, comunicou que recentemente o DEPEN, atendendo a convite de Dr. CAIO MACHADO, visitou com a sua equipe, por um período de três dias, os estabelecimentos prisionais do Estado do Rio de Janeiro, quando, em reuniões com várias autoridades locais, teve a oportunidade de apresentar as lacunas mais sensíveis do Sistema e, ao mesmo passo, oferecer sugestões de caráter emergencial. Relatório detalhado sobre o assunto foi encaminhado ao CNPP. Prosseguindo, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro NABOR CESAR SIQUEIRA, que, como Presidente da Comissão Financeira do I Congresso Brasileiro de Política Criminal e Penitenciária, comunicou haver concluído o relatório daquela Comissão, encaminhado-o posteriormente, a autoridade competente. Além disto, colocou à disposição do CNPP e DEPEN, a revista mensal da Federação das Indústrias, para publicações relativas à formação de mão-de-obra industrial. Antes de encerrar a sessão, o Senhor Conselheiro ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA, agradeceu a homenagem que o Conselho lhe hipotecou, quando de seu ingresso à Academia Paraibana de Letras. Merecendo aprovação, a presente Ata vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária.

PIO SOARES CANEDO
Presidente - CNPP

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Secretária-Executiva

Ministério do Exército

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MINISTERIAL Nº 432, DE 03 DE MAIO DE 1982.

VINCULAÇÃO ADMINISTRATIVA

O Ministro de Estado do Exército, considerando a necessidade de simplificação do processamento administrativo, ouvido o Estado-Maior do Exército,

RESOLVE:

1. Vincular administrativamente para fim de Execução Orçamentária e Financeira:

- a. A partir de 1º de maio de 1982:
 - a 1ª Companhia Especial de Transporte à 29ª Circunscrição do Serviço Militar;
 - o Depósito Regional de Material de Saúde ao Hospital-Geral de Manaus;
 - o 12º Pelotão de Remuniciamento à 12ª Companhia de Material Bélico.

- b. A partir de 1º de junho de 1982
 - o Centro de Processamento de Dados/5, a Companhia de Comando da 12ª RM e o 4º Pelotão de Fronteira, todos, ao Comando da 12ª Região Militar.
 - a Companhia de Comando do CMA, a 1ª Companhia de Comunicações e a 12ª Companhia de Polícia do Exército, todas, ao Comando Militar da Amazônia.

2. Determinar que o Departamento-Geral de Serviços, o Departamento de Engenharia e Comunicações, o Departamento de Material Bélico, a Diretoria-Geral de Economia e Finanças, o

Comando Militar da Amazônia e a 12ª Região Militar tomem, em seus setores de competência, as providências decorrentes desta Portaria.

WALTER PIRES

PORTARIA MINISTERIAL Nº 0435, DE 04 DE MAIO DE 1982.

DIRETRIZ AO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO PARA O SISTEMA DE INFORMÁTICA DO EXÉRCITO

O Ministro de Estado do Exército, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos itens II e III do Art 9º, combinados com o item VIII do Art 2º do Decreto nº 79.531, de 13 de abril de 1977,

RESOLVE:

Aprovar a Diretriz ao Estado-Maior do Exército para o Sistema de Informática do Exército (SINFEX), que com esta baixa.

WALTER PIRES

DIRETRIZ AO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO PARA O SISTEMA DE INFORMÁTICA DO EXÉRCITO

1. FINALIDADE

Estabelecer as idéias gerais a serem observadas pelo Estado-Maior do Exército no planejamento do Sistema de Informática do Exército (SINFEX).

2. OBJETIVO

O planejamento a ser elaborado tem por objetivo definir as propostas:

- a. da organização do SINFEX e de seus principais órgãos integrantes;
- b. de todos os seus principais instrumentos normativos;
- c. das modificações na organização ou na regulamentação das Organizações Militares que venham a ser afetadas em decorrência do SINFEX;
- d. das condições de implantação do SINFEX.

3. REFERÊNCIAS

a. Documentos que fundamentam esta Diretriz:

- 1) Nota nº 13, de 20 Ago 81, do Ministro do Exército ao Chefe do Estado-Maior do Exército;
- 2) Of nº 4526 e 4531, de 22 e 23 Dez 81, respectivamente, do Chefe do Gabinete do Ministro ao Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército;
- 3) Apresentação do Estado-Maior do Exército ao Ministro do Exército, realizada em 22 Mar 82, versando sobre o tema: "A Informática no Exército".

b. Principais documentos normativos em vigor no Exército e relacionados ou com implicações na área da Informática:

- 1) Port Min nº 103, de 22 Jan 74 - Diretrizes para a Microfilmagem de Documentos no Exército;
- 2) Port Min nº 060-EME, de 08 Ago 75 - Normas para a Microfilmagem no âmbito do Exército;
- 3) Port Min nº 514, de 14 Abr 76 - Política de Processamento de Dados no Exército;
- 4) Port Min nº 1692, de 10 Out 77 - Instruções Gerais para o Processamento de Dados no Exército (IG-10-12);
- 5) Port Min nº 031-Res-EME, de 23 Jul 79 - Sistema de Processamento de Dados para o Ensino e Pesquisa;